CONSIDERANDO a informação de páginas 08 e 09, prestada pela Divisão de Pessoal deste Poder, nos autos do Processo Administrativo n.º **2013/021502**,

RESOLVE

CONCEDER a senhora **PALLOMA NEVES DE CARVALHO**, Estagiária deste Poder, lotada no 1º Juizado Especial no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, **15 (quinze)** dias de **recesso remunerado**, no período de **09/10/2013 a 23/10/2013**.

Anote-se. Comunique-se. Publique-se.

Secretaria Geral de Justiça do Egrégio Tribunal de Justiça, em Manaus, 03 de setembro de 2013.

Dr. **JUSCELINO KUBITSCHEK DE ARAÚJO**
Secretário-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 3850/2013

O Doutor **JUSCELINO KUBITSCHEK DE ARAÚJO**, Secretário-Geral de Justiça do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas,

USANDO de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os termos da Portaria n.º **2.720**, de **16.09.2010**, do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Poder, e

CONSIDERANDO a informação de páginas 04 e 05, prestada pela Divisão de Pessoal deste Poder, nos autos do Processo Administrativo n.º **2013/022169**,

RESOLVE

CONCEDER a senhora **REBECA SARAIVA AFFONSO**, Estagiário deste Poder, lotada na 5ª Vara de Família e Sucessões, **10 (dez)** dias de **recesso remunerado**, no período de **23/09/2013 a 02/10/2013**.

Anote-se. Comunique-se. Publique-se.

Secretaria Geral de Justiça do Egrégio Tribunal de Justiça, em Manaus, 12 de setembro de 2013.

Dr. **JUSCELINO KUBITSCHEK DE ARAÚJO**
Secretário-Geral de Justiça

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os autos do Processo Licitatório referente ao **Pregão Eletrônico n.º 035/2013**. Objeto: Contratação de empresa especializada na **publicação** de avisos de licitações e outras matérias de interesse do TJAM, **em jornal de grande circulação**, com periodicidade diária, com circulação regional (municípios de Manaus e no mínimo mais 9 municípios do interior do Estado do Amazonas), para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência (Anexo VI) do edital,

proveniente do Processo Administrativo n.º **016827/2013**.

CONSIDERANDO a inexistência de interposição de recursos e a adjudicação, pelo pregoeiro, do objeto do referido Pregão Eletrônico à empresa **JORNAL DO COMÉRCIO LTDA – EPP**, CNPJ **04.561.791/0001-80**: no valor global de **R\$ 19.998,72 (dezenove mil novecentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos)** conforme Ata de Realização do Pregão Eletrônico, constante às fls. 238 a 244 dos autos;

CONSIDERANDO que no referido processo foram respeitadas todas as medidas legais nos termos de que preceitua as Leis n.ºs. 10.520/02, 8.666/93, Decreto n.º. 5.450/05 e demais legislações pertinentes,

RESOLVE:

I-**HOMOLOGAR**, o procedimento licitatório referenciado, com fundamento nos artigos 43, inciso VI, da Lei n.º 8.666/93 e 8º, inciso VI, do Decreto n.º 5.450/05;

II-**DETERMINAR** que a empresa vencedora seja convocada para assinatura do Termo de Contrato Administrativo;

III-**PUBLIQUE-SE** o presente despacho na forma da Lei.

Manaus, 20 de setembro de 2013.

Desembargador **Ari Jorge Moutinho da Costa**
Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas

MATÉRIAS EXCEPCIONAIS

PRESIDÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2013/018056

Requerente: **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Assunto: Licitação objetivando a contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de **manutenção preventiva e corretiva**, com fornecimento de materiais e peças, de **04 (quatro) elevadores do tipo eletromecânico** instalados no Fórum Ministro Henoch da Silva Reis.

DESPACHO/OFÍCIO N.º 3867/2013–GP/TJAM

Tratam os autos de procedimento administrativo no âmbito do qual o Diretor de Engenharia deste Poder, **HARYSON OTACY BRITO ROMBALDI**, requer a contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de **manutenção preventiva e corretiva**, com fornecimento de materiais e peças, de **04 (quatro) elevadores do tipo eletromecânico** instalados no Fórum Ministro Henoch da Silva Reis.

Às fls. 02/18, Projeto Básico.

Às fls. 67/130 foi acostada a Minuta de Edital.

Através do Despacho/Ofício n.º 3748/2013, de fls. 145/146, esta Presidência autorizou o procedimento licitatório.

Após autorização desta Presidência, a Comissão Permanente de Licitação deu início ao procedimento licitatório externo, conforme documentos acostados às fls. 147/256.

Às fls. 251/256, Informação n.º 056/2013, em que a Comissão Permanente de Licitação (CPL) aponta a necessidade de revogação do Pregão Eletrônico n.º 032/2013, dado os motivos ali expostos.

É o relato.

Consoante consignado na informação apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, na data prevista para a realização do Pregão Eletrônico, em 12/09/2013, somente um fornecedor apresentou proposta de preços para o procedimento em tela, e com o valor demasiadamente acima do estimado pela Administração, ferindo fatalmente o Princípio Administrativo da Competitividade.

Registre-se que a única empresa licitante NIELY DA COSTA OLIVEIRA – EPP, CNPJ N.º 14.9991.524/0001-04, ofertou o valor inicial de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), e que após a tentativa de negociação alcançou-se o valor máximo de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), sob a alegação de que as condições de desgaste que se encontram os equipamentos licitados e o preço praticado no mercado tem o valor mínimo mensal de manutenção, de R\$ 17.500,00 (dezesete mil quinhentos reais), o que totaliza o valor anual referenciado.

Informa ainda a Comissão Permanente de Licitação que o prosseguimento do processo licitatório em comento tornou-se inviável, tendo em vista a desconexão dos valores estimados por esta Administração e os aferidos pela única licitante participante, os quais, segundo a Divisão de Infraestrutura e Logística, não encontram justificativa em qualquer intercorrência constante do Termo de Referência.

Evidencia-se, portanto, o desinteresse da Administração em contratar este objeto, tendo em vista ser o valor estimado pela Administração ser muito inferior ao praticado pelo mercado.

Dessa forma, em compasso com os princípios que devem ser observados nas licitações públicas, aquela Comissão entende razoável a reanálise da real necessidade da referida aquisição, considerando, sobretudo, que todos os atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação foram delineados com exatidão e com a atuação destinada à promoção da competitividade, publicidade e economicidade – princípios norteadores da licitação – na busca por uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Cabe ressaltar que a Administração Pública não pode se desvincular dos princípios que regem a sua atuação, principalmente no campo das contratações públicas, onde se deve buscar sempre a satisfação do interesse coletivo, obedecendo aos princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Constata-se, portanto, que o presente procedimento enseja a aplicação do instituto da revogação, que fica reservada para os casos em que a Administração, por qualquer motivo, perder o interesse no prosseguimento da licitação ou na celebração do contrato. Trata-se de expediente apto, então, a viabilizar o desfazimento da licitação e a suspensão da celebração de um futuro contrato com base em critérios de conveniência e oportunidade.

Acerca do assunto, o artigo 49, *caput*, da Lei nº 8.666/93, *in verbis*, preceitua que:

“Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.” (Grifo nosso).

Corroborando o exposto, o ilustre doutrinador Marçal Justen Filho (Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dialética. 15ª Edição. São Paulo. 2012, p. 438) tece o seguinte comentário sobre revogação:

“A revogação consiste no desfazimento do ato porque reputado inconveniente e inadequado à satisfação do interesse público. A revogação se funda em juízo que

apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público... Após, praticado o ato, a administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá então o desfazimento do ato anterior... Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato (...). Nesse sentido, a lei determina que a revogação dependerá da ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado. Isso indica a inviabilização de renovação do mesmo juízo de conveniência exteriorizado anteriormente”. (Grifo nosso)

Nesse sentido, formam-se as manifestações do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – REVOGAÇÃO APÓS ADJUDICAÇÃO.

(...)

2. Após a adjudicação, o compromisso da Administração pode ser rompido pela ocorrência de fatos supervenientes, anulando o certame se descobertas ilicitudes ou revogando-o por razões de conveniência e oportunidade. (STJ, Mandado de Segurança nº 12.047, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em: 28.03.2007.)

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA – ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO – REVOGAÇÃO – AUSÊNCIA DE COMPETITIVIDADE – POSSIBILIDADE – DEVIDO PROCESSO LEGAL – OBSERVÂNCIA – RECURSO DESPROVIDO.

(...)

4. À Administração Pública, no âmbito de seu poder discricionário, é dado revogar o procedimento licitatório, por razões de interesse público. Todavia, ao Poder Judiciário compete apenas avaliar a legalidade do ato, de maneira que lhe é vedado adentrar o âmbito de sua discricionariedade, fazendo juízo a respeito da conveniência e oportunidade, bem como acerca da efetiva existência de interesse público.

5. A revogação do certame é ato administrativo, exigindo, portanto, a devida fundamentação e motivação (justo motivo para seu desfazimento), assim como o cumprimento das disposições legais.

6. O art. 49 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê a possibilidade de revogação do procedimento licitatório, em caso de interesse público, “decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta”. Por sua vez, o art. 18, caput, do Decreto 3.555/2000, o qual regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, dispõe que “a autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

(STJ, Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 23.360, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em: 18.11.2008.)

O próprio edital do Pregão Eletrônico nº 032/2013 - CPL, na Cláusula vigésima Sexta, item 26.1, alínea b, traz o seguinte acerca da revogação:

26.1 - A critério do Tribunal de Justiça do Amazonas, a presente licitação poderá ser:

(...)

b) Revogada, a juízo do Tribunal de Justiça do Amazonas, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

(...)

Ao exposto, com esteio nos fundamentos apresentados nestes autos e nos termos do art. 50, §1º da Lei 9.784/99, REVOGO o Pregão Eletrônico nº 032/2013, para determinar à Divisão de Engenharia a reanálise do Projeto Básico ora apresentado.

À Divisão de Engenharia do TJAM para conhecimento e as providências aqui determinadas.

Manaus, 20 de setembro de 2013.

Desembargador **ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA**
Presidente do TJAM